

CEUB

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2236-1677

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

A tecnossecuritização da vida
Technosecuritization of life

José Adércio Leite Sampaio

VOLUME 15 • Nº 2 • AGO • 2025

Sumário

SEÇÃO 1 – JUSTIÇA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEGURANÇA PÚBLICA20

FATORES DE RISCO DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DA LGPD NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE ESTADO.....22

Márcio da Mota Ribeiro, Rafael Rabelo Nunes, William Ferreira Giozza e Alexandre Veronese

JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL À LUZ DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA COMARCA DE MOSSORÓ-RN.....50

Manoel Matias de Carvalho Neto, Lúcio Romero Marinho Pereira e José Albenes Bezerra Júnior

O ESTADO E SEUS INIMIGOS: AUTORITARISMO, ESTADO DE EXCEÇÃO E DESLEGITIMAÇÃO DOS SISTEMAS PENAIIS NOS ESTADOS DE DIREITO71

Isadora Ribeiro Correa, Marcos César Botelho e Luiz Fernando Kazmierczak

POLÍTICA CRIMINAL E POLÍTICA PÚBLICA NO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO SIMBÓLICA: O CASO DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE BRASILEIRA87

Ícaro Melo dos Santos, Nélia Mara Fleury e Bartira Macedo de Miranda

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO NO BRASIL 105

Márcio de Oliveira, Débora Napoleão de Sena e Reginaldo Peixoto

VIOLÊNCIA CONJUGAL E A INCIDÊNCIA DE CONTROLE COERCITIVO ENTRE CASAIS HETEROSSEXUAIS 125

Julio Cesar de Aguiar e Kettily Ingrid de Queiroz

SILÊNCIO ESTRIDENTE: VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E O PODER TRANSFORMADOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICIENTES..... 165

Jessica Feitosa Ferreira, Rogério Roberto Gonçalves de Abreu, Ana Carolina Gondim de Albuquerque Oliveira e Paulo Henrique Tavares da Silva

O PRIMEIRO COMPLEXO DE ESCUTA PROTEGIDA DO BRASIL: RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA A PARTIR DA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA 183

Tarcísia Castro Alves e Ana Paula da Silva Sotero

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	214
José Ferdinando Ramos Ferreira	
A TECNOSSECURITIZAÇÃO DA VIDA	235
José Adércio Leite Sampaio	
A FALTA DE UNIFORMIDADE NA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES NO BRASIL	255
Luciano Rosa Vicente, Sandro Lucio Dezan e Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha	
SEÇÃO 2 – GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	281
DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IDENTIDADE: NATUREZA DAS NORMAS, VINCULAÇÃO NORMATIVA E ELEMENTOS JURÍDICOS BASILARES.....	283
André Afonso Tavares, Caroline Müller Bitencourt e Janriê Rodrigues Reck	
VALORES PÚBLICOS E CRITÉRIOS AVALIATIVOS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÕES REPUBLICANAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	310
Paulo de Martino Jannuzzi	
ANÁLISIS Y SÍNTESIS DE LA COMPLEJIDAD DE LAS ORGANIZACIONES: ALCANCES EN LA INVESTIGACIÓN SOBRE LA CORRUPCIÓN	327
Louis Valentín Mballa e Juan Ignacio Barajas Villaruel	
COMBATE À CORRUPÇÃO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS EMPRESAS: A EXPERIÊNCIA DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA NO BRASIL.....	348
Carlos Higino Ribeiro de Alencar, Mário Vinicius Claussen Spinelli e Stefany Silva Rocha	
COMBATE À CORRUPÇÃO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS EMPRESAS: A EXPERIÊNCIA DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA NO BRASIL.....	371
Guilherme Atanazildo Leme, Milene Mendes de Oliveira, Beatriz Couto Ribeiro, Juliana Pires de Arruda Leite e Milena Pavan Serafim	
BIG DATA COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO E DA INOVAÇÃO: COMO A PROTEÇÃO LEGAL À PRIVACIDADE PODE VULNERABILIZAR O INDIVÍDUO	392
Thaís de Bessa Gontijo de Oliveira, Fabiana de Menezes Soares, Raquel Gontij e Bárbara Bianca Alves Cardoso	

INTRINSIC MOTIVATION AND THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE (AI) IN THE PUBLIC SECTOR: EVIDENCE FROM INDONESIA..... 412

Harmon Chaniago, Hidayat Hidayat e Yen Efawati

A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS COMO ALTERNATIVA GEOPOLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO BRASIL.....429

Luciana Nalim Silva Menuchi, Marcos Rodrigo Trindade Pinheiro Menuchi, RomariAlejandra Martinez Montaño e Daniela Mariano Lopes Silva

DESEMPENHO TEMPORAL E RAZÕES DE INSUCESSO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS EM PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA.....452

Daniel Marques Moreira, Sônia Paula da Silva Nogueira e Ricardo Lobato Torres

O DEBATE COM SAL: A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MAR.....474

André Panno Beirão

A IDEIA DE PROGRESSIVIDADE E O RETROCESSO CLIMÁTICO NAS CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS BRASILEIRAS.....493

HelineSivini Ferreira

Ana Flávia Corleto

INTERNATIONALIZATION OF PUBLIC POLICIES IN THE NORTHEAST: SUBNATIONAL LEADERSHIP AND THE ROLE OF INTERNATIONAL RELATIONS..... 518

Eliane Superti, Romberg de Sá Gondim, Amanda Pereira Arrigo e Raquel Gonçalves Dantas

POR UMA JUSTIÇA ITINERANTE: IMPACTOS DO TRABALHO DE CAMPO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO NO BRASIL544

Rafaela Selem Moreira

DESIGUALDADES RACIAIS NA MOBILIDADE URBANA: DISCUSSÃO E MORTES EM SINISTROS DE TRÂNSITO ENTRE 2011 E 2020 NO BRASIL 561

Marcelo de Tróí, Gláucia Pereira e Maria Cristina Cavalcante

SOCIAL CHARACTERISTICS OF PERUVIAN CITIZENSHIP AND THEIR INFLUENCE ON THE PERCEPTION OF GOVERNANCE, DEMOCRACY AND TRANSPARENCY IN PERU576

David Eleazar Barra-Quispe

THE INFLUENCE OF RELIGIOSITY, TAX SOCIALIZATION, AND TAX JUSTICE ON TAX COMPLIANCE WITH INTENTION AS A MODERATION VARIABLE 601

Ismawati Haribowo, Khomsiyah Khomsiyah e Susi Dwi Mulyani

ASSESSING THE IMPACT OF HALAL CERTIFICATION POLICY ON SMALL AND MEDIUM ENTERPRISES IN EAST JAVA 618

Ertien Rining Nawangsari e Hani Nur Adnin

PERFORMANCE ANALYSIS OF THE REGIONAL PEOPLE’S REPRESENTATIVE BOARD OF BENGKULU CITY FOR THE 2019-2024 PERIOD IN MAKING REGIONAL REGULATIONS 630

Hilda Distia Puspita, Alfitri Alfitri, Slamet Widodo e Andy Alfatih

Introduction 630

Research methods..... 637

Results and discussion 637

1. Productivitas..... 638

1.1 Efficiency..... 638

a. Human Resources 638

2 Technology..... 639

3 Technical guidance 639

4 Funding..... 640

5 Accountability 648

Reference 649

SEÇÃO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO 651

INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM DIREITO: ORGANIZAÇÃO, CODIFICAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS..653

Elisa Gonsalves Possebon e Pedro Gonsalves de Alcântara Formiga

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANÇAS, EDUCAÇÃO E SAÚDE NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE OS EXPERIMENTOS DE CAMPO DESENVOLVIDOS NO LABORATÓRIO J-PAL..... 671

Laudeny Fábio Barbosa Leão e Lorena Madruga Monteiro

EDUCAÇÃO JURÍDICA NO ENSINO MÉDIO: A EXPERIÊNCIA DA “ESCOLA DA ESCOLHA” NA CIDADE DE TIMON (MA) 688

Mônica Mota Tassigny, Liane Maria Santiago Cavalcante Araújo e José Antonio Almeida

FORMAÇÃO DA AGENDA DE POLÍTICAS CULTURAIS BRASILEIRAS NO PERÍODO PANDÊMICO: ANÁLISE DA LEI ALDIR BLANC	708
---	------------

Suely de Fátima Ramos Silveira

A BRIGA DAS COTAS COM O TEMPO: CADUCIDADE DA REVISÃO DA POLÍTICA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL	733
---	------------

Walter Claudius Rothenburg

TRANSICIÓN ENERGÉTICA E IDENTIDAD CULTURAL. EL CASO DE LOS PROYECTOS DE ENERGÍAS RENOVABLES EN LUGARES SAGRADOS INDÍGENAS DE CHILE.....	748
--	------------

Alberto Olivares

OS CORREIOS BRASILEIROS E A LOGÍSTICA ESTATAL DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD).....	781
---	------------

Alysson Rogerio da Silva, Claudia Souza Passador, e Denis Renato Oliveira

Technosecuritization of life

José Adércio Leite Sampaio**

Resumo

Após o término da Guerra Fria, houve uma ampliação do conceito de segurança, alcançando domínios como o econômico, o social, o ambiental, o energético e o alimentar. Essa ampliação acompanha o “processo de securitização”, entendido, predominantemente, como a retirada de uma questão da política ordinária, de modo a ser tratada por medidas extraordinárias que, com base naquela política, não seriam permitidas. O processo requer uma estratégia exitosa da autoridade institucional de convencimento da audiência social de que a questão envolve uma ameaça existencial ao Estado, à sociedade ou a um domínio da vida coletiva, a exigir o tratamento extraordinário. O esvaziamento da política e a implementação de medidas extraordinárias geram críticas de violação ao Estado de Direito, à democracia e aos direitos fundamentais. A tecnosecuritização é espécie desse processo com a ênfase que é dada à tecnologia da vigilância idealmente total, tanto como instrumento para enfrentar a pluralidade crescente de ameaças existenciais, quanto como objeto de securitização. As críticas feitas ao processo geral de securitização, neste artigo, são ainda mais profundas. Os aparatos vigilantes operariam com base na neutralidade da lógica matemática e da “frieza” dos algoritmos. Além de uma justificação para invasão massiva da intimidade, a ideologia da tecnificação procura encobrir os enviesamentos dos programas que, baseados em padrões masculinos, brancos (europeu-americanos) e heterossexuais, discriminam as pessoas que deles se desviam.

Palavras-chave: processo de securitização; tecnosecuritização; Estado de Direito; Estado de Exceção.

Abstract

After the end of the Cold War, there was an expansion of the concept of security, reaching domains such as economic, social, environmental, energy and food ones. This expansion was accompanied by the “securitization process”, understood dominantly as the removal of an issue from ordinary policy, in order to be treated by extraordinary measures that, under that policy, would not be allowed. The process requires a successful strategy from the institutional authority to convince the social audience that the issue involves an existential threat to the State, society or a domain of collective life, demanding extraordinary treatment. The emptying of politics and the adoption of extraordinary measures raise criticisms of violations of the rule of law, democracy and fundamental rights. Technosecuritization is a kind of this process with the emphasis given to the ideally total surveillance techno-

* Recebido em: 22/02/2023

Aprovado em: 20/11/2024

** Pós-Doutor em Direito Constitucional. Professor da PUC-MG e DHC-Escola de Direito. Procurador Regional da República.
E-mail: joseadercio.contado@gmail.com.

logy, both as an instrument to face the growing plurality of existential threats and as an object of securitization itself. The criticisms made of the general securitization process here run even deeper. The surveillance apparatus would operate under the neutrality of mathematical logic and the “coldness” of algorithms. In addition to a justification for massive invasion of privacy, the technification ideology seeks to hide the biases of programs that, based on male, European-American) white and heterosexual standards, discriminate against people who deviate from them.

Keywords: securitization process; technosecuritization; Rule of Law; State of Exception.

1 Introdução

Tornou-se lugar comum a afirmação de que o tempo presente seja caracterizado pela incerteza e riscos. A ameaça de uma hecatombe nuclear após os escombros éticos da Segunda Guerra Mundial permaneceu uma preocupação constante por muito tempo, intensificando os temores de que a humanidade tinha os dias contados em números cada vez mais finitos. A guerra fatal que oporia os Estados Unidos e seus aliados à União Soviética e seus parceiros movimentou o imaginário dos povos dos dois lados como um destino, embora certo, adiável. Um imaginário apropriado e explorado pela economia. A indústria cultural, ao tempo em que distraía as pessoas da crueza de suas vidas com os cenários tenebrosos de um futuro próximo, mas que supostamente não lhes alcançaria, ampliava os retornos financeiros sobre o capital. A indústria armamentista, nos espaços da legalidade orientada pelo medo e adiamento, investia em tecnologia da letalidade e, também, contabilizava seus lucros.

A poeira da Guerra de 1939/1945, no entanto, havia reforçado valores como a dignidade humana, a democracia e o Estado de Direito. A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 mostrava um consenso em relação a esses valores, como um reconhecimento da culpa de uma humanidade perdida entre o egoísmo dos indivíduos e o império dos coletivos políticos que se implicavam, mutuamente, até o desfecho de Auschwitz a Nagasaki. Essa onda de eticidade se projetava nas esferas nacionais e internacionais como exigências de respeito aos direitos humanos e freios institucionais ao poder. Descritos dessa forma, os dois fenômenos parecem completamente opostos. No entanto, coexistiram no mesmo espaço e período. A forma de seu desenvolvimento e os efeitos gerados variavam entre diferentes regiões do planeta, dependendo do nível de desenvolvimento econômico e social de cada uma. Em todo caso, o culto ao medo era coexistente à defesa dos direitos; a facticidade da ameaça era a contraparte da normatividade da democracia entre possível e inevitável. A lógica do amigo/inimigo, tão presente na instrumentação de nacionalidades e das Grandes Guerras do início do século XX, coabitava com a aspiração de uma humanidade próspera e pacífica.

A política valia-se dos dois mundos para realizar seu projeto de conquista do poder. A cultura do medo justificava maior ou menor rebeldia aos freios institucionais e aos direitos humanos. A possibilidade de ameaça exigia estado de alerta e a excepcionalidade dentro do próprio Estado de Direito. A segurança parecia condição da liberdade. O avanço tecnológico criava, cada vez mais, ferramentas para que essa dualidade se tornasse parte do cotidiano. Os internacionalistas enxergavam um “processo de securitização” na estratégia política de criar o pânico com a ameaça (à institucionalidade, à democracia, aos direitos) e administrá-lo com medidas securitárias de exceção (à institucionalidade, à democracia, aos direitos). A “segurança nacional” era sua grande matriz, e as relações internacionais, como sua descrição e epistemologia da gestão do horizonte temporal de extermínio em uma guerra de todos (ou quase todos) contra todos (ou quase todos), seu campo de estudo por excelência. Essa lógica, equipada de uma disciplina e um padrão militar, introduziu-se no cotidiano do Estado constitucional. A exceção passou a ser considerada conatural à regra. O desenvolvimento da tecnologia de informação e a consequente “dataficação” da vida social, a indicar a transformação de aspectos rotineiros da vida das pessoas em dados a serem explorados pela economia e po-

lítica, possibilitaram a criação de “sociedades tecnosecuritizadas” no ambiente do Estado de Direito, entre formal e material, vigilante. Os inimigos eram outros sempre, inventados ou reais, na engenharia política: os comunistas, os traficantes de droga, os terroristas, os subversivos, os diferentes ou desviantes.

Neste artigo, busca-se examinar esse fenômeno, seguindo uma metodologia indutivo-dedutiva, baseada numa revisão bibliográfica relativamente ampla. Ressalta-se que a tecnosecuritização da sociedade é um aspecto preocupante de manutenção da política da dualidade de regra e exceção. Os sinais deixados, ao longo do exame, apontam para uma corrosão de um dos lados dessa dualidade com o retrocesso a um plano da autoridade sobre a liberdade, do estigma sobre a igualdade, de uma elite sobre a totalidade humana. O artigo não se destina a ser ele mesmo fatalista na estratégia da própria securitização, mas procura deixar reflexões que possam contribuir com o debate e possibilitar adoção de medidas que retomem as promessas deixadas pela poeira da Segunda Guerra antes que a ameaça e a incerteza as impeçam de concretizar-se.

2 O processo de securitização

“Securitização” é comumente definida como um processo de transformação de uma determinada questão da política ordinária e, portanto, não necessariamente essencial à vida da sociedade ou Estado, em uma questão prioritária de segurança, que passa a permitir o emprego de medidas excepcionais para enfrentá-la¹. Analiticamente, há quatro componentes no fenômeno: um órgão ou entidade que defende a securitização (ator ou agente de securitização), um objeto (ou ideal) que foi apresentado como potencialmente prejudicial (ameaça existencial), um objeto (ou ideal) ameaçado e que precisa ser protegido (objeto referente) e um público-alvo que precisa ser persuadido a identificar a questão como uma ameaça à segurança². Em tese, qualquer questão pode ser securitizada, embora ocorra com mais frequência assuntos do campo militar, político, econômico, social e ecológico³. No primeiro caso, o Estado é o principal ator de securitização com o poder de usar a força, embora se possa securitizar, inclusive, o setor militar. As ameaças existenciais, em geral, militares e urgentes são, na maioria das vezes, externas ao Estado e direcionadas à soberania estatal, à população, ao território ou à capacidade militar⁴. Os objetos de referência, além do Estado, sua população, território ou capacidade militar, podem ser a religião, como na “ameaça do islamismo”, ou ideologia, como na Guerra Fria, a “ameaça comunista” e, mais recentemente, a “ameaça chinesa”⁵.

Na política, o processo se concentra mais no debate sobre ameaças existenciais não militares à soberania do Estado, à unidade e estabilidade político-institucional e à ideologia da ordem social, podendo incluir diversos atores supranacionais, como a União Europeia, os grupos sem Estado e os movimentos transnacionais que conseguem “legião de seguidores”, a exemplo da Igreja Católica⁶. Em certa medida, toda segurança é também política⁷.

A securitização econômica se baseia em relações de produção, comércio, serviços e finanças no âmbito da autodeterminação das economias nacionais, coma ameaça existencial aos mercados, ao ambiente financeiro e ao acesso aos recursos necessários ao processo de desenvolvimento⁸. Em verdade, a economia apresenta múltiplos objetos e atores de securitização, desde o mercado global aos Estados, grupos sociais

¹ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 25.

² BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 35-36.

³ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 22-23.

⁴ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 58.

⁵ TICKNER, Arlene B. Securitization and the limits of democratic security. In: MARES, David R.; KACOWICZ, Arie M. (ed.). *Routledge handbook of Latin American security*. London: Routledge, 2015. p. 89-99.

⁶ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 145.

⁷ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 141.

⁸ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 7; PEOPLES, Columba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. *Critical security studies: an introduction*. 3. ed. New York: Routledge, 2021. p. 120.

a indivíduos com várias interconexões, podendo desencadear questões de segurança e sobrevivência em outras áreas, com a produção do chamado “efeito de transbordamento”⁹.

A ameaça existencial à biosfera, a espécies e ao ambiente natural é o mote de seu processo de securitização¹⁰. Ela pode assumir contornos amplos, que transcendem a ideia de preservação dos espaços naturais, chegando a apresentar-se como um problema de soberania econômica e nacional sobre os recursos naturais e escassos ou à preservação níveis existentes de civilização¹¹. As ameaças podem ou não se limitar à atividade antrópica em nível local, regional ou global¹².

3 Teorias e críticas da securitização

A Teoria Clássica da Securitização, em geral, identificada como “essencialista”, “ontológica” ou “realista”, acreditava que a política, como a sociedade em geral, era governada por leis objetivas, derivadas da natureza humana¹³. O Estado consistia em uma projeção aumentada do “homem hobessiano”, que ingressaria numa guerra de “todos contra todos”, se não houvesse a intervenção de uma autoridade superior¹⁴. O “interesse nacional”, por sua essência, visaria ao acúmulo de poder como forma de garantir a sua existência¹⁵. As ameaças eram sempre externas ao Estado e se direcionavam à sua sobrevivência e, portanto, à “segurança nacional”, o que exigia respostas extraordinárias do poder, especialmente de natureza militar. Havia, para eles, uma vontade de poder inerente a cada Estado como correlação direta à natureza humana¹⁶.

Essa tese perdeu relevância nos anos 1970, sendo substituída por duas variantes, frequentemente chamadas de neorrealismo, que enxergavam na estrutura anárquica do sistema internacional o estímulo a que as grandes potências procurassem ampliar o seu poder como forma de garantir sua segurança: o realismo ativo (ou ofensivo) e o realismo passivo (ou defensivo, estruturalista). A diferença entre eles estaria na quantidade de poder almejado¹⁷. No primeiro caso, os Estados maximizariam o poder relativo, visando assumir uma posição hegemônica, porque o sistema internacional lhes daria incentivos para ganharem poder em detrimento dos demais, segundo uma lógica de custo e benefício. Como no realismo clássico ou fundado na natureza humana, as grandes potências procurariam sempre o poder¹⁸. Para os realistas defensivos, os Estados não buscariam o poder que pudessem conseguir, mas aquele necessário a estabelecer um equilíbrio com as demais potências¹⁹.

A partir da década de 1980, multiplicaram-se as abordagens sobre a política de segurança.

Em geral, criticavam a orientação positivista adotada pelas teorias realistas e neorrealistas, que negligenciavam os processos políticos da vida cotidiana²⁰. Uma das mais expressivas ficou conhecida como “Escola

⁹ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 100.

¹⁰ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 7.

¹¹ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 75.

¹² TROMBETTA, Maria J. Rethinking the securitization of the environment. In: BALZACQ, Thierry (ed.). *Securitization theory*. Abingdon: Routledge, 2010. p. 135–149.

¹³ MORGENTHAU, Hans J. *Scientific man versus power politics*. London: Latimer House, 1947. p. 17-18.; MORGENTHAU, Hans J. *Politics among nations: the struggle for war and peace*. New York: Knopf, 1948. p. 13.

¹⁴ MORGENTHAU, Hans J. *Scientific man versus power politics*. London: Latimer House, 1947. p. 174, p. 184-185.

¹⁵ NIEBUHR, Reinhold. *Moral man and immoral society: a study in ethics and politics*. New York: Charles Scribner's Sons, 1932.; HERZ, John H. Idealist internationalism and the security dilemma. *World Politics*, v. 2, n. 2, p. 157-180, 1950. p. 157.

¹⁶ MORGENTHAU, Hans J. Diplomacy. *Yale Law Journal*, v. 55, n. 5, p. 1067-1080, 1946; MORGENTHAU, Hans J. *Politics among nations: the struggle for war and peace*. New York: Knopf, 1948. p. 118-119, 200, 206.

¹⁷ MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. New York: W. W. Norton, 2001. p. 18-19.

¹⁸ MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. New York: W. W. Norton, 2001. p. 21-22.

¹⁹ WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979. p. 126.

²⁰ SHEPHERD, Laura J. Introduction. In: SHEPHERD, Laura J. (ed.). *Critical approaches to security: an introduction to theories and methods*. New York: Routledge, 2013. p. 1-8.

de Copenhague”, fundada em 1985. Ao associar o pensamento realista ao construtivismo²¹, ela procurou levar a noção de segurança para além das fronteiras políticas e militares tradicionais, por meio da elaboração de uma teoria analítica da securitização que contemplasse as novas ameaças surgidas ou mais evidentes com o término da Guerra Fria. Para seus estudiosos, o ator da securitização, ao rotular algo como um problema de segurança, tornava-o objeto de uma política securitária. Esse ato mobilizaria a audiência, que passava a reconhecer as ameaças existenciais por ele identificadas e dar aquiescência à adoção de medidas excepcionais que visavam combatê-las. Como consequência, a questão ganhava prioridade na agenda pública, inclusive com alocação de recursos orçamentais e logísticos, em detrimento de outras situações ou fatos existentes e que, objetivamente, poderiam causar mais dano à sociedade²².

A “segurança” seria produto de atos de fala, em sentido austiano²³, constitutivos de realidades sociais a exemplo de asserções como “nomear um navio” ou “fazer uma aposta”²⁴. Diante da crítica à autorreferência constitutiva do ato de fala, passou-se também a considerar relevante o papel da audiência ou do público-alvo²⁵. Os atos de fala não constituíam a ameaça e segurança por eles mesmos, mas seriam práticas, “movimentos” ou ações estratégicas destinadas a persuadir a audiência de que as ameaças existiam e estavam a exigir o uso de medidas extraordinárias para lidar com elas, retirando-as do âmbito da política²⁶. O consentimento deixava de ser mero resultado dos atos de fala, em virtude do reconhecimento da autoridade do ator da securitização, para também depender da influência do contexto de proferimento dos atos na construção do sentido da ameaça²⁷. Mesmo com essa releitura, por assim dizer, de uma segunda geração do pensamento de Copenhague, havia uma simplificação do processo de convencimento, reduzido, na verdade, a uma adesão ou aquiescência, bem como do contexto e da relação que se estabelecia entre o ato e o público²⁸. As críticas às abordagens ocorreram em diversas orientações e ênfases²⁹.

Alguns autores criticam a própria redução do conceito de segurança a atos de fala com o reconhecimento de que as imagens e as representações visuais eram instrumentos poderosos de securitização. As imagens reproduzidas pelos jornais e televisão do 11 de setembro, particularmente do ataque às torres do *World Trade Center*, foram centrais para o desenvolvimento das percepções dominantes entre os americanos de insegurança e ameaça, o que teria sido ratificado pelas fotos na Guerra no Iraque³⁰. Nesse caso, os principais atores da securitização teriam sido os fotógrafos e a mídia, pondo em discussão a centralidade da elite polí-

²¹ Construtivismo aqui entendido como a implicação mútua entre o mundo material e as interpretações normativas e epistêmicas que lhe são atribuídas. ADLER, Emanuel. *Communitarian international relations: the epistemic foundations of international relations*. London: Routledge, 2005. p. 90.

²² WAEVER, Ole. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). *On security*. New York: Columbia University Press, 1995. p. 46–86. Disponível em: <https://www.libraryofsocialscience.com/assets/pdf/Waever-Securitization.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

²³ AUSTIN, John L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962; WAEVER, Ole. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). *On security*. New York: Columbia University Press, 1995. p. 46–86. Disponível em: <https://www.libraryofsocialscience.com/assets/pdf/Waever-Securitization.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

²⁴ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 26, 32.

²⁵ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 26.

²⁶ WAEVER, Ole. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). *On security*. New York: Columbia University Press, 1995. p. 46–86. Disponível em: <https://www.libraryofsocialscience.com/assets/pdf/Waever-Securitization.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021. p. 56–57, 63; BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 5, p. 21.

²⁷ WAEVER, Ole. What is security?: the securityness of security. In: HANSEN, Birthe (ed.). *European Security 2000*. Copenhagen: Copenhagen Political Studies Press, 2000. p. 222–254. p. 252–253.

²⁸ STRITZEL, Holger. Towards a theory of securitization: Copenhagen and Beyond. *European Journal of International Relations*, v. 13, n. 3, p. 357–383, 2007. p. 360.

²⁹ BROWNING, Christopher S.; MCDONALD, Matt. The future of critical security studies: ethics and the politics of security. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 2, p. 235–255, 2013. p. 238.

³⁰ WILLIAMS, Michael C. Words, images, enemies: securitization and international politics. *International Studies Quarterly*, v. 47, n. 4, p. 511–532, 2003; MÖLLER, Frank. Photographic interventions in post-9/11 security policy. *Security Dialogue*, v. 38, n. 2, p. 179–196, 2007.

tica estatal no processo, e, inclusive, a intencionalidade dos agentes³¹. A elite continuou a desempenhar um papel relevante, ao conduzir o medo difuso, inclusive com a manipulação das representações visuais, numa deliberada política de securitização do assunto, expressa, por exemplo, na “Guerra ao Terror”³². Além das imagens, as ações físicas ou práticas burocráticas e rotineiras, em diferentes questões e áreas, podem desempenhar um papel importante para a definição de segurança e de sua garantia (ou percepção de segurança). As ações de vigilância e controle nas fronteiras, por exemplo, são rotineiramente realizadas por burocratas, especializados em gerar “desconforto” aos que saem do país e, principalmente, aos que nele entram³³. A securitização, nesse caso, é produto de práticas rotinizadas de redes de profissionais de segurança e não apenas de atos de fala específicos que, eventualmente, as tenham precedido³⁴. A ênfase dá-se sobre o contexto, que pode ser facilitado por condições, dinâmicas, desenvolvimentos e ambientes institucionais que, mesmo, ou quase sempre, de modo teatralizado, permitem o sucesso da securitização³⁵.

O papel constitutivo da audiência, relegado a plano secundário pela Escola de Copenhague, constitui outro aspecto relevante. Não se trata de mera aquiescente ou apoiadora, mas integrada por sujeitos que integram na construção de sentido de segurança. O entendimento de que os atos de fala não se bastam em sua função ilocucionária, dando luz à sua natureza perlocucionária pode reduzir a assimetria e visão autoritária daqueles teóricos³⁶, embora possa sucumbir à ideia de que os atos de fala criem o seu próprio público³⁷. Em vez de uma audiência cativa e passiva, exige-se uma construção intersubjetiva do conceito de segurança, pois ela depende, ainda que na perspectiva elitista, da mobilização do imaginário, do histórico e da cultura sociais a respeito da ameaça apresentada³⁸.

Nesse processo, as emoções desempenham um papel importante. Embora muitas delas se manifestem na linguagem, uma parte considerável é extralinguística, estruturada como representações de experiências vividas, traumas, hábitos ou lembranças. O imaginário coletivo também segue essa lógica, fundamentado em memórias compartilhadas, e não se limita a representações discursivas que possam ser simplesmente tematizadas ou reformuladas por apelos retóricos³⁹. É preciso que haja uma mobilização de arquétipos, muitas vezes, sutil, para trazê-lo à tona e, conforme o intento, manipulados. A memória como os traumas, por exemplo, pode ser ressignificada⁴⁰. Embora alguns construtivistas entendam que as emoções constituem crenças conscientes, boa parte deles as compreende como “sensações corporais” ou “experiências fisiológicas” inconscientes, primárias, inesperadas e inarticuladas, o que as impossibilita de veicularem um sentido. Ainda assim, elas possuem a capacidade de afetar as crenças e os julgamentos intelectuais⁴¹. O medo consiste na principal mola da securitização que se estica entre os riscos administráveis e as ameaças existenciais⁴²,

³¹ McDONALD, Matt. Securitization and the construction of security. *European Journal of International Relations*, v. 14, n. 4, p. 563–587, 2008. p. 569.

³² MÖLLER, Frank. Photographic interventions in post-9/11 security policy. *Security Dialogue*, v. 38, n. 2, p. 179–196, 2007.

³³ BIGO, Didier. Security and immigration: toward a critique of the governmentality of unease. *Alternatives*, v. 27, n. 1, p. 63–92, 2002. p. 65.

³⁴ HANSEN, Lene. The little mermaid’s silent security dilemma and the absence of gender in the Copenhagen School. *Millennium*, v. 29, n. 2, 2000. p. 300–301.

³⁵ McDONALD, Matt. Securitization and the construction of security. *European Journal of International Relations*, v. 14, n. 4, p. 563–587, 2008. p. 571.

³⁶ BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. London: Routledge, 1997. p. 15.

³⁷ WELDES, Jutta. Constructing national interests. *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 3, p. 275–318, 1996.

³⁸ WAEVER, Ole. What is security?: the securityness of security. In: HANSEN, Birthe (ed.). *European Security 2000*. Copenhagen: Copenhagen Political Studies Press, 2000. p. 222–254. p. 252–253.

³⁹ MÅLKSOO, Maria. The memory politics of becoming European: the East European subalterns and the collective memory of Europe. *European Journal of International Relations*, v. 15, n. 4, p. 653–680, 2009. p. 658–659.

⁴⁰ SUCHAROV, Mira M. Imagining ourselves then and now: nostalgia and canadian multiculturalism. *Journal of International Relations and Development*, v. 16, n. 4, p. 539–565, 2013.

⁴¹ ROSS, Andrew A. G. Coming in from the cold: constructivism and emotions. *European Journal of International Relations*, v. 12, n. 2, p. 197–222, 2006. p. 198–199.

⁴² ABRAHAMSEN, Rita. Blair’s Africa: the politics of securitization and fear. *Alternatives*, v. 30, n. 1, p. 55–80, 2005. p. 65.

embora a humilhação e outros sentimentos de inferioridade possam também ter um papel relevante no processo⁴³.

O público teme as ameaças, porque elas representam fenômenos que já aprenderam a temer⁴⁴. Os motivos para rejeição do processo de securitização podem, portanto, não ser evidentes no discurso imediato, mas resultado do “fracasso emocional”, especialmente decorrente de apelos a estruturas simbólicas muito genéricas. Já o êxito costuma ligar-se à mobilização de temores culturalmente específicos, vinculados a memórias, identidades, imagens, metáforas e outros artefatos que sejam capazes de construir um futuro plausível e causador de ansiedade no presente⁴⁵. É também problemática a concepção de que o ator da securitização é sempre a elite política a partir de uma posição de poder institucional com adoção de uma lógica militar⁴⁶. Essa visão não deveria desconsiderar a possibilidade de os discursos de segurança dominantes serem desafiados e, inclusive, substituídos por manifestações de grupos sociais marginalizados⁴⁷. Tampouco parece acertada a centralidade atribuída ao momento em que ocorre a securitização, designadamente quando uma questão se torna uma ameaça existencial à segurança⁴⁸. A simbologia de todo o processo serve como esconderijo para a estratégia de securitização. Em verdade, os teóricos de Copenhague tinham noção desses problemas e compreendiam a securitização como negativa, propondo que se realizasse o processo inverso, a “dessecuritização”, definida como a mudança de questões do modo de emergência para os processos normais de negociação da esfera política⁴⁹.

Para alguns críticos, a visão de que a securitização é sempre ruim e negativa é enviesada, pois sugere que, mesmo com a autocrítica, a Teoria de Copenhague continuava assentada na ameaça existencial e numa definição de segurança excludente e estatista, resultantes de meras lutas pelo poder nos Estados. Eles desconsideravam a possibilidade de uma construção discursiva e democrática mais alinhada aos valores valorizados por essa sociedade nesse contexto⁵⁰. O deslocamento da finalidade securitária de preservação do Estado para a proteção das pessoas indicaria uma alternativa promissora. A noção de “segurança humana” como um “libertar-se do medo” para “libertar-se das necessidades”, trazida pelo Relatório de Desenvolvimento Humano em 1995, tem sido um grande esforço nesse sentido, representando um passo relevante sobre a abordagem “estatista” e “patriarcal”⁵¹, ao permitir, por exemplo, mais atenção às pessoas em situação de marginalização ou de “vulnerabilidades sociais”, como mulheres e crianças, do que às inseguranças vivenciadas pelos indivíduos em geral⁵².

⁴³ CALLAHAN, William A. National insecurities: humiliation, salvation, and Chinese nationalism. *Alternatives*, v. 29, n. 2, p. 199–218, 2004.

⁴⁴ ARADAU, Claudia. Security and the democratic scene: Desecuritization and emancipation. *Journal of International Relations and Development*, v. 7, n. 4, 2004. p. 400.

⁴⁵ WILLIAMS, Michael C. *Culture and security: symbolic power and the international politics of security*. New York: Routledge, 2007. p. 36.

⁴⁶ WAEVER, Ole. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). *On security*. New York: Columbia University Press, 1995. p. 46–86. Disponível em: <https://www.libraryofsocialscience.com/assets/pdf/Waever-Securitization.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021. p. 47, 57; BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 32–33.

⁴⁷ JONES, Richard W. *Security, strategy and critical theory*. Boulder: Lynne Rienner, 1999. p. 159.

⁴⁸ BIGO, Didier. Security and immigration: toward a critique of the governmentality of unease. *Alternatives*, v. 27, n. 1, p. 63–92, 2002.

⁴⁹ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 4.

⁵⁰ LIPSCHUTZ, Ronnie D. On security. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). *On security*. New York: Columbia University Press, 1995. p. 1–23. p. 8.

⁵¹ HAMBER, Brandon et al. Discourses in transition: re-imagining women’s security. *International Relations*, v. 20, n. 4, p. 487–502, 2006. p. 489.

⁵² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Human Development Report*. New York: Oxford University Press, 1995. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/256/hdr_1995_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 27 set. 2021; ROBERTS, David. The intellectual perils of broad human security: deepening the critique of international relations. *Politics*, v. 28, n. 2, p. 124–127, 2008.

Ao afirmar que “segurança” é a ausência de ameaças, os teóricos da Escola de Gales definem a securitização como “emancipação” das restrições materiais das pessoas. A emancipação, não o poder ou a ordem, é geradora da verdadeira segurança⁵³. Algumas vozes revelamos riscos do viés liberal presente nos dois conceitos.

A emancipação contempla uma concepção de progresso que oculta a lógica de mercado e a política global do liberalismo⁵⁴. A “segurança humana” pode, ao contrário do que se imagina, reforçar a centralidade estatal, seu papel conservador⁵⁵ e produzir modos neoliberais de masculinidade e feminilidade, calando a variedade de masculinidades e feminilidades “ambivalentes e inseguras”⁵⁶. Assim também tem possibilitado aos Estados ocidentais a continuidade de persecução de seus objetivos geopolíticos e econômicos, por meio da vinculação ideológica das políticas de segurança humana ao liberalismo globalizante e neoimperialista. Essa vinculação permitiu, por exemplo, justificar algumas intervenções militares em países em desenvolvimento, como Afeganistão, Burundi, Chechênia, Congo, Iraque, Serra Leoa e Somália, ancorada na ideia de defesa dos civis diante da violência de seus próprios Estados ou para “construção da paz”⁵⁷. As dinâmicas dessas guerras parecem atender à racionalidade da “ajuda ao desenvolvimento”⁵⁸, veiculando, sutilmente, a ideia de que o subdesenvolvimento é internacionalmente perigoso e desestabilizador⁵⁹. A “segurança humana” há de ser vista como uma condição variável no tempo e no espaço, em que pessoas e comunidades tenham o poder e a capacidade de administrar as tensões entre as suas necessidades, seus direitos e valores⁶⁰. Essa é a tese também de muitos teóricos de Gales: a definição das prioridades para satisfação das necessidades materiais da vida⁶¹, por meio de uma “deliberação não repressiva”⁶², com a atribuição de voz aos silenciados, aos não representados, aos sem poder⁶³.

Todavia, é dominante (e fomentada pelos Estados) a ideia clássica de segurança como uma obsessão pela preservação da soberania e da defesa nacional, contagiando outras “áreas securitizáveis”, o que a torna excludente, militarizada e apresentada como um elemento fora da política, quando, em verdade, é intrinsecamente política dissimulada, conservadora e autoritária⁶⁴. O suposto esvaziamento da política é derivado da separação entre política ordinária e exceção, parlamento e técnica militar, enraizada naquela exigência de um ato ou fato simbólico e excepcional do processo de securitização, que identifica ameaça e estimula a “política do pânico”, para justificar a adoção de medidas que, em situações normais, não seriam admitidas⁶⁵. O êxito dessa estratégia de “despolitização” da questão depende da transformação de conceitos mais abstratos,

⁵³ BOOTH, Ken. Security and emancipation. *Review of International Studies*, v. 17, n. 4, p. 313-326, 1991. p. 319.

⁵⁴ NEOCLEOUS, Mark. *Critique of security*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

⁵⁵ KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. From strategy to security: foundations of critical security studies. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. (ed.). *Critical security studies: concepts and cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 33-60. p. 46.

⁵⁶ VÄYRYNEN, Tarja. Gender and UN Peace Operations: the confines of modernity. *International Peacekeeping*, v. 11, n. 1, p. 125-142, 2004. p. 125.

⁵⁷ CHRISTIE, Ryerson. Critical voices and human security: to endure, to engage or to critique? *Security Dialogue*, v. 41, n. 2, p. 169-190, 2010. p. 172.

⁵⁸ DUFFIELD, Mark. Getting savages to fight barbarians: development, security and the colonial present. *Conflict, Security & Development*, v. 5, n. 2, p. 141-159, 2005. p. 20.

⁵⁹ DILLON, Michael; REID, Julian. Global governance, liberal peace and complex emergency. *Alternatives*, v. 25, n. 1, p. 117-143, 2000; DUFFIELD, Mark. Getting savages to fight barbarians: development, security and the colonial present. *Conflict, Security & Development*, v. 5, n. 2, p. 141-159, 2005.

⁶⁰ BARNETT, Jon; O'BRIEN, Karen L.; MATTHEW, Richard A. Introduction. In: MATTHEW, Richard A. et al. (ed.). *Global environmental change and human security*. Cambridge: MIT Press, 2010. p. 3-32. p. 18.

⁶¹ BOOTH, Ken. *Theory of world security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 102.

⁶² LINKLATER, Andrew. Political community and human security. In: BOOTH, Ken (ed.). *Critical security studies and world politics*. London: Lynne Rienner, 2005. p. 113-131. p. 116.

⁶³ JONES, Richard W. *Security, strategy and critical theory*. Boulder: Lynne Rienner, 1999. p. 159.

⁶⁴ HUYSMANS, Jef. Revisiting Copenhagen. *European Journal of International Relations*, v. 4, n. 4, p. 479-504, 1998. p. 500-501; HANSEN, Lene. The little mermaid's silent security dilemma and the absence of gender in the Copenhagen School. *Millennium*, v.29, n. 2, 2000. p. 286.

⁶⁵ BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. p. 34.

como a ideia de direitos e justiça, sociedade e bem comum, típicos da política com suas contingências e imprevisibilidade, em relações concretas como as estabelecidas entre consumidor e produtor ou entre um líder-protetor e seus seguidores entrelaçadas com situações de ameaças que pareçam o mais possível factíveis⁶⁶. A securitização ocorreria, portanto, com a transformação da questão (ameaça existencial e objeto referente) em soluções de segurança, caracterizadas pela finitude, certeza e concretude, capazes de serem executadas por uma autoridade competente, de modo a eliminar a dúvida ou ambiguidades potencialmente infinitas (da política na lida da ameaça existencial), gerando sensação de conforto e tranquilidade individuais e coletivas⁶⁷.

A securitização constitui uma forma de ampliar o controle social e político⁶⁸. Na “sociedade de controle”, o político está contido, controlado ou antecipado por decisões técnicas⁶⁹, que abalam as estruturas do Estado de Direito, a democracia e as liberdades⁷⁰. É notável a influência da Teoria Política de Carl Schmitt nessa separação e na dicotomia entre política ordinária e medidas excepcionais, assentada na ameaça e no estabelecimento de relações entre amigo e inimigo⁷¹. A ameaça presente conduz à securitização, enfatizando que se deve proteger. A “dessecuritização”, como um processo inverso do descrito anteriormente, revela o fim da ameaça ou uma ressignificação dos valores que devem ou não ser protegidos⁷². O enfoque baseado no ato de fala e na centralidade da elite considera a audiência como mera expectadora ou aquiescente tácita, sem espaços efetivamente dialógicos ou de contestação. Silenciam-se as vozes dissonantes e de minorias dentro e fora dos Estados ou entre eles. O ato de fala securitário é perlocucionariamente um ato de silêncio⁷³. E a sua teoria, nas vozes de Copenhagen, tem sido acusada, por isso mesmo, de ocidentalista, de “brancura metodológica”, discriminatória e machista. A Europa e os Estados Unidos seriam apresentados como *loci* da dessecuritização civilizada e racional, sob ameaça de securitização ou de regressão potencial à “anarquia primitiva” dos povos incivilizados⁷⁴. A busca persistente de desconsiderar possibilidades alternativas ou categoriais ideais do processo, em favor da “cultura liberal” e da “normalização” da prática europeia-estadunidense na formulação da política mundial, revela seu lado ontológico e essencialista, que tanto sofrera crítica de Copenhagen⁷⁵.

A securitização do HIV/AIDS em determinados contextos considera os infectados pelo vírus como ameaças potenciais à segurança nacional, resultando em discriminação e mesmo exclusão⁷⁶. O “corpo” da mulher, no ambiente de securitização e da guerra, tem sido tratado como uma espécie de “corpo de guerra

⁶⁶ WAEVER, Ole. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysi (ed.). *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 149–185; BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998.

⁶⁷ HUYSMANS, Jef. Revisiting Copenhagen. *European Journal of International Relations*, v. 4, n. 4, p. 479–504, 1998.

⁶⁸ DELEUZE, Gilles. *Logic of sense*. New York: Columbia University Press, 1990; HÄNNINEN, Sakari. The ghost of politics in the soft machine. In: HÄNNINEN, Sakari; VÄHÄMÄKI, Jussi. (ed.). *Displacement of politics*. Sophie: University of Jyväskylä, 2000. p. 27–45.

⁶⁹ LINT, Willem de; VIRTÄ, Sirpa. Security in ambiguity: towards a radical security politics. *Theoretical Criminology*, v. 8, n. 4, p. 465–489, 2004. p. 474.

⁷⁰ DOTY, Roxanne L. Immigration and the politics of security. *Security Studies*, v. 8, n. 2–3, p. 71–93, 1998.; WALDRON, Jeremy. Security and liberty: the image of balance. *Journal of Political Philosophy*, v. 11, p. 191–210, 2003.

⁷¹ SCHMITT, Carl. *Political theology: four chapters on the concept of sovereignty: studies in contemporary German social thought*. London: The MIT Press, 1985; SCHMITT, Carl. *Dictatorship: from the origin of the modern concept of sovereignty to proletarian class struggle*. London: Polity, 2014. p. 218.; WILLIAMS, Paul. Critical Security studies. In: BELLAMY, Alex J. (ed.). *International society and its critics*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 135–150. p. 647.

⁷² WAEVER, Ole. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). *On security*. New York: Columbia University Press, 1995. p. 46–86. Disponível em: <https://www.libraryofsocialscience.com/assets/pdf/Waever-Securitization.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021. p. 56; DOTY, Roxanne L. Immigration and the politics of security. *Security Studies*, v. 8, n. 2–3, p. 71–93, 1998.

⁷³ HANSEN, Lene. The little mermaid’s silent security dilemma and the absence of gender in the Copenhagen School. *Millennium*, v. 29, n. 2, 2000. p. 306.

⁷⁴ RICHTER-MONTPETIT, Melanie; HOWELL, Alison. Is securitization theory racist? civilizationism, methodological whiteness and antiblack thought in the Copenhagen School. *Security Dialogue*, v. 51, p. 1–20, 2019.

⁷⁵ MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. New York: W. W. Norton, 2001. p. 42, p. 170.

⁷⁶ ELBE, Stefan. Should HIV/AIDS be securitized?: the ethical dilemmas of linking HIV/AIDS and security. *International Studies Quarterly*, v. 50, n. 1, p. 119–144, 2006.

desmilitarizado”, reduzido, primariamente, à função de proteção e procriação dos soldados, posteriormente ao “despojo” de guerra com a prática do estupro e servidão sexual⁷⁷. Nem o corpo seria forte o suficiente nem o emocional feminino seria bem equipado para a vida militar, a não ser como força de reserva ou no exercício de funções auxiliares como os serviços médicos ou de higiene. A “dessecuritização” consiste, nesse sentido, em uma concepção estereotipada e uma forma de normalizar e esconder a violência que se abate sobre o corpo e as emoções femininas⁷⁸.

Essa desconstrução da segurança acompanha as mulheres mesmo após o fim dos conflitos. Embora tenham sido combatentes, elas são frequentemente forçadas a retornar à “vida normal” no seio da família ou nos afazeres domésticos, devido aos riscos de estigmatização e retaliação, bem como à falta de programas de “reintegração”, “reabilitação” e “reconstrução” que as envolvam. A dessecuritização feminina remete ao mundo do lar e do silêncio, distante da esfera política, internacional ou de segurança⁷⁹.

4 A tecnossecuritização da sociedade

A tecnossecuritização é uma espécie desse gênero complicado, possibilitada pela “dataficação” da vida social, a indicar a transformação de aspectos rotineiros da vida das pessoas em dados a serem explorados. A “sociedade tecnossecuritizada” caracteriza-se como uma cultura de segurança, instituída e operada pela integração de tecnologias que a tudo (ou quase) e a todos (ou quase) veem, diante de crescentes ameaças existenciais⁸⁰. A tecnossecuritização se fundamentava, originariamente, numa vigilância estatal preventiva de combate à criminalidade, especialmente associada ao terrorismo e à espionagem. O uso público do medo e da ameaça sempre foi seu poderoso argumento de justificação⁸¹. Logo se revelou, além de espia estratégica de governos estrangeiros e vigia tático de indivíduos ou grupos de interesse determinados, como era característico dos tradicionais serviços de inteligência, um poderoso instrumento de vigilância e controle social a serviço de outros objetos securitização, e, ao mesmo tempo, objeto de referência securitária, na chamada “cibersegurança”, de segurança da tecnologia da informação ou de segurança de informações eletrônicas contra ataques digitais⁸².

Contagiadas pela lógica policial-militar, as ferramentas tecnológicas se interligam em redes de espia em todos os lugares e em todas as horas, considerando todo indivíduo, em princípio, uma ameaça potencial à segurança⁸³. O processo se revela simbiótico, civil-militar. O governo civil e, mesmo o mercado, passaram a adotar técnicas projetadas originariamente para a atividade militar, a exemplo da internet, da identificação por radiofrequência (RFID) e dos Sistemas de Posicionamento Global (GPS)⁸⁴. Ao mesmo tempo, realizou

⁷⁷ BAKSH, Rawwida et al. (ed.). *Gender mainstreaming in conflict transformation: building sustainable peace*. London: Commonwealth Secretariat, 2002.

⁷⁸ ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2000.

⁷⁹ MACKENZIE, Megan. Securitization and desecuritization: female soldiers and the reconstruction of women in post-conflict Sierra Leone. *Security Studies*, v. 18, n. 2, p. 241-261, 2009.

⁸⁰ HINTZ, Arne; DENCİK, Lina; WAHL-JORGENSEN, Karin. Digital citizenship and surveillance society: introduction. *International Journal of Communication*, v. 11, p. 731-739, 2017; ELLIS, Darren. Techno-securitisation of everyday life and cultures of surveillance-apatheia. *Science as Culture*, v. 29, n. 1, p. 11-29, 2020.

⁸¹ CLARK, Ian. The digital divide in the post-Snowden Era. *Journal of Radical Librarianship*, v. 2, p. 1-32, 2016; PETTIT, Patrick. ‘Everywhere surveillance’: global surveillance regimes as techno-securitization. *Science as Culture*, v. 29, n. 1, p. 30-56, 2020.

⁸² MULLIGAN, Deirdre K.; SCHNEIDER, Fred B. Doctrine for cybersecurity. *Daedalus*, v. 140, n. 4, p. 70-92, 2011.

⁸³ PETTIT, Patrick. ‘Everywhere surveillance’: global surveillance regimes as techno-securitization. *Science as Culture*, v. 29, n. 1, p. 30-56, 2020.

⁸⁴ WEBER, Jutta. Techno-security, risk and the militarization of everyday life. In: *THE COMPUTATIONAL turn: past, presents, futures?: proceeding of the first international conference of IACAP*. Münster: VerlagshausMonsenstein und Vannerdat OH, 2011. p. 168-175. Disponível em: <https://coeckelbergh.files.wordpress.com/2015/03/55.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

os velhos sonhos militares de onisciência, por meio da tecnossecuritização da vida cotidiana⁸⁵. A segurança é tanto pelas ameaças, reais ou virtuais, quanto pelas ameaças futuras, ambas quase sempre superestimadas, a ponto de converterem-se em existenciais⁸⁶. Uma segurança expansiva que, pelas ameaças crescentes, torna-se uma insegurança constante, seja física ou ambiental, pela incidência da criminalidade progressiva no primeiro caso⁸⁷, ou dos riscos de uma hecatombe ecológica⁸⁸, no segundo; seja social com o crescente aumento da pobreza, da desigualdade, da precariedade alimentar e laboral⁸⁹; econômico-financeira com as recorrências de crises que abalam Estados e populações de modo diferente⁹⁰; ou tecnológica, desde a “velha” energia nuclear à convergência dos aparatos de inteligência artificial, da nano e biotecnologia, da internet das coisas dentre outras ameaças tecnológicas existenciais⁹¹.

Essa lista, claramente indicativa, é suficiente para sugerir que os indivíduos vivem em um ambiente de risco generalizado, que não oferece, nem garante, um futuro seguro⁹². As incertezas, os riscos, as contingências tornam as pessoas apáticas e cativas de processos de securitização e de medidas extraordinárias, agora, amparadas (e justificadas) em tecnologias de vigilância total cada vez mais sofisticadas, que permitem uma subjetiva noção de segurança provisória e total ao preço de um controle público-privado (ou corporativo) também total^{93,94}. A gestão dos riscos e perigos, das ameaças existenciais transversais aos diversos domínios da vida, por meio das arquiteturas tecnológicas de segurança, converteu-se em técnica central de governo pelos Estados e, em sintonia ou tensão com eles, em instrumento de negócio e governança corporativa⁹⁵.

A “tecnossecurança” se apresenta como uma “nova configuração de poder”, que, recorrendo à integração e interoperabilidade entre os sistemas e aparatos tecnológicos, de informação, comunicação, inteligência artificial e inteligência das coisas, pode reduzir a vulnerabilidade e antecipar riscos, incertezas e ameaças internas e globais. A integração e interoperabilidade estabelecem e reforçam os vínculos entre empresas e o Estado, o Exército e a polícia, segurança interna e externa, território nacional e o espaço das redes transnacionais ou sideral, bem como entre as lógicas econômicas e sociopolíticas, fundindo o controle sobre os corpos com o controle sobre o espírito, o “animus”, intelecto e emoção⁹⁶. A segurança deve ser garantida não apenas de modo proativo, mas principalmente preventivo e preditivo, graças à combinação de dispositivos de vigilância, inteligência artificial e imensos bancos de dados⁹⁷.

⁸⁵ GRAHAM, Stephen. *City under Siege: the surveillance-industrial complex*. London: Verso, 2011. p. 64-65.

⁸⁶ ERICSON, Kevin D.; HAGGERTY, Richard V. (ed). *The new politics of surveillance and visibility: green college thematic lecture series*. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

⁸⁷ BANKS, James. Radical criminology and the techno-security-capitalist complex. In: NOBLES, Matt R.; STEINMETZ, Kevin F. (ed.). *Technocrime and criminological theory*. London: Routledge, 2017. p. 102-115.

⁸⁸ BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1992.

⁸⁹ DRÈZE, Jean; SEN, Amartya. Public action for social security: foundations and strategy. In: AHMAD, Ehtisham et al. *Security in developing countries*. New York: Oxford University Press, 1991. p. 04-40.

⁹⁰ MESJASZ, Czeslaw. Economic security. In: BRAUCH, Hans G. et al. (ed.). *Globalization and environmental challenges: globalization and environmental challenges*. Berlin; Heidelberg: Springer, 2008. p. 569-580.

⁹¹ ALBERT, Michael J. The dangers of decoupling: earth system crisis and the ‘Fourth Industrial Revolution’. *Global Policy*, v. 11, n. 2, p. 245-254, 2020.

⁹² ARADAU, Claudia; LOBO-GUERRERO, Luis; MUNSTER, Rens van. Security, technologies of risk, and the political: guest editors’ introduction. *Security Dialogue*, v. 39, n. 2-3, p. 147-154, 2008. p. 148.

⁹³ DENCIK, Lina; CABLE, Jonathan. The advent of surveillance realism: Public opinion and activist responses to the Snowden leaks. *International Journal of Communication*, v. 11, p. 276-781, 2017.

⁹⁴ Os impactos da tecnologia sobre a subjetividade e a reprodução social humanas são objeto de um longo debate pelos teóricos ou filósofos da tecnologia MARX, Karl. *Capital*. London: Penguin, 1867. v. 1. p. 568-569; JASPERS, Karl. *Man in the modern age*. New York: Doubleday Anchor Books, 1957. p. 138; FOUCAULT, Michel. The subject and power. *Critical Inquiry*, v. 8, n. 4, p. 777-795, 1982; ROTSTEIN, Abraham. Technology and alienation. *Ultimate Reality and Meaning*, v. 9, n. 1, p. 4-16, 1986. p. 16; NYGREN, Katarina G.; GIDLUND, Katarina L. The pastoral power of technology. Rethinking alienation in digital culture. In: FUCHS, Christian; MOSCO, Vincent (ed.). *Marx in the age of digital capitalism*. London: Brill, 2016. p. 396-412.

⁹⁵ ARADAU, Claudia; MUNSTER, Rens van. Governing terrorism through risk: taking precautions, (un)knowing the future. *European Journal of International Relations*, v. 13, n. 1, p. 89-115, 2007.

⁹⁶ MATTELART, Armand; GRUENHECK, Susan; COHEN, James. *The globalization of surveillance: the origin of the securitarian order*. Cambridge: Polity, 2010. p. 199.

⁹⁷ GRUSIN, Richard. *Premediation: affect and mediality after 9/11*. London: Palgrave Macmillan, 2010.

Embora haja uma vigilância contra todos⁹⁸, há, nos cálculos de risco e previsões, a presença mais frequente de certos grupos sociais⁹⁹, menos por ações individuais e mais por pertencimentos sociais, étnicos, religiosos, raciais e de gênero, a resgatar uma espécie de “lombrosianismo” ou de “criminoso estereotipado”, agora, por meio de recursos digitais¹⁰⁰. As tecnologias de criação de perfil e de identificação das pessoas, como a biometria, os escaneadores cerebrais, a triagem algorítmica e os testes de DNA, centrais na “cultura de tecnossecurança”, tem revelado seus problemas. Elas são usadas para definir perfis ou identificação de suspeitos, de criminosos e de migrantes ilegais, bem como de “indivíduos confiáveis”. Os “falsos positivos” e “negativos”, em geral, por previsões baseadas em preconceitos, são comuns. As tecnologias possuem um padrão de “brancura inerente” (o “homem branco médio” — americano ou europeu), com sérias repercussões sobre a raça, o gênero, trajes e comportamentos que fujam ao padrão^{101,102}.

Esses desvios se devem, principalmente, ao fato de que os algoritmos utilizados nos dispositivos de vigilância incorporam os vieses cognitivos e os padrões sociais dos estereótipos e preconceitos existentes^{103,104}. Eles podem ser introduzidos pelos programadores ou “designers” do sistema, pelos bancos de dados de treinamento incompletos, imprecisos ou tendenciosos, pelos alimentadores de dados e pela própria aprendizagem do programa¹⁰⁵. Não é incomum que surjam de correlações indevidas. Nesse caso, o programa é usado para classificar indivíduos em grupos e, em seguida, fazer identificação ou previsões sobre o comportamento de um indivíduo, assumindo que ele seguirá o padrão daquele grupo, levando a conclusões erradas¹⁰⁶.

A vigilância ocorre, portanto, com base em padrões estereotipados de “normalidade” e “anormalidade” dos seres humanos. A normalidade, dessecuritizada, é definida pelo biótipo branco e heterossexual, criando sinais de alerta ou de ameaça com o não reconhecimento de certos traços, condutas ou indumentárias que se desviam do padrão¹⁰⁷. Esses grupos, por assim dizer, desviantes, são muito mais propensos a serem submetidos, pelo aparato de segurança, a abordagens e revistas, se não à violência absoluta¹⁰⁸. Ou a uma autocontenção de comportamento que, em vez de lhes dar visibilidade e proposta alternativa de subjetividade, rege-se, primeiramente, por normas de uma “vestimenta” ou “decência ordinária” que lhes “naturalizam”¹⁰⁹.

⁹⁸ PETTIT, Patrick. ‘Everywhere surveillance’: global surveillance regimes as techno-securitization. *Science as Culture*, v. 29, n. 1, p. 30-56, 2020.

⁹⁹ ARADAU, Claudia; LOBO-GUERRERO, Luis; MUNSTER, Rens van. Security, technologies of risk, and the political: guest editors’ introduction. *Security Dialogue*, v. 39, n. 2-3, p. 147-154, 2008. p. 148; SKINNER, David. Race, racism and identification in the era of technosecurity. *Science as Culture*, v. 29, n. 1, p. 77-99, 2020.

¹⁰⁰ SELOD, Saher. *Forever suspect: racialized surveillance of muslim americans in the war on terror*. London: Rutgers University Press, 2018.

¹⁰¹ WEBER, Jutta; KÄMPF, Katrin M. Technosecurity cultures: introduction. *Science as Culture*, v. 29, n. 1, p. 1-10, 2020. p. 5-6.

¹⁰² Diversos estudos apontam para vieses raciais. LUM, Kristian; ISAAC, William. To predict and serve? *Significance*, v. 13, p. 14-19, 2016. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1740-9713.2016.00960.x/epdf>. Acesso em: 28 set. 2021; SELBST, Andrew D. Disparate impact in big data policing. *Georgia Law Review*, v. 52, p. 109-195, 2017.

¹⁰³ LIPARTITO, Kenneth. *The narrative and the algorithm*: genres of credit reporting from the nineteenth century to today. 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1736283. Acesso em: 20 set. 2021; SELBST, Andrew D. Disparate impact in big data policing. *Georgia Law Review*, v. 52, p. 109-195, 2017.

¹⁰⁴ Um algoritmo é um termo matemático ou lógico para designar um conjunto de instruções automatizadas ou não, para consecução de uma determinada finalidade. GOFFEY, Andrew. Algorithm. In: FULLER, Matthew (ed.). *Software studies: a lexicon*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p. 15-20. p. 16. Um programa de computador é composto de muitos algoritmos codificados e ligados entre si para, a partir da alimentação de certos dados, produzir uma saída desejada. Para tanto, os algoritmos precisam ser traduzidos para uma linguagem que possa ser entendida pela máquina. Esse processo é conhecido como codificação (ou hacking). INTRONA, Lucas; WOOD, David. Picturing algorithmic surveillance: the politics of facial recognition systems. *Surveillance & Society*, v. 2, n. 2/3, p. 177-198, 2004. p. 180.

¹⁰⁵ GOFFEY, Andrew. Algorithm. In: FULLER, Matthew (ed.). *Software studies: a lexicon*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p. 15-20. p. 18-19; BENT, Jason R. Algorithmic affirmative action legal? *The Georgetown Law Journal*, v. 108, p. 803-853, 2020. p. 811.

¹⁰⁶ LIPARTITO, Kenneth. *The narrative and the algorithm*: genres of credit reporting from the nineteenth century to today. 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1736283. Acesso em: 20 set. 2021. p. 36; SELBST, Andrew D. Disparate impact in big data policing. *Georgia Law Review*, v. 52, p. 109-195, 2017. p. 127.

¹⁰⁷ WEBER, Jutta; KÄMPF, Katrin M. Technosecurity cultures: introduction. *Science as Culture*, v. 29, n. 1, p. 1-10, 2020.

¹⁰⁸ AMIR, Merav; KOTEF, Hagar. In-secure identities: on the securitization of abnormality. *Environment and planning D: Society and space*, v. 36, n. 2, p. 236-254, 2018.

¹⁰⁹ HUTTA, Jan S. Beyond the politics of inclusion: securitization and agential formations in Brazilian LGBT parades. In: YEKA-

A lógica da “segurança vigilante”, como aprofundamento do processo geral de securitização, corrói as bases do Estado de Direito com sua “legalidade de exceção” e suas violações aos direitos fundamentais. Todavia, não há como exceção, pois atende a duas ordens de interesse: do poder e do dinheiro. O Estado vê nela um instrumento de controle social jamais disponível ao poder; enquanto as empresas de segurança visam aos negócios. Ambos, para venderem segurança, devem, primeiramente, gerar um ambiente de ameaças crescentes e insegurança difusa¹¹⁰. A tônica do poder, do dinheiro e da militarização, alimentada pela securitização (e que ao mesmo tempo a alimenta) torna o presente mera etapa para a distopia autoritária futura. Há meios de resistência ao desenvolvimento desse cenário com a adoção de propostas alternativas à securitização em geral como a redução da ideia ou culto à segurança e abordagem não elitista tampouco estatista, associadas ou adaptadas ao mundo digital. A política participativa e inclusiva, descrita pelas correntes críticas, levada a esse mundo, importa, por exemplo, a ampliação da diversidade social na elaboração dos algoritmos e sistemas de vigilância, submetidos a maior transparência, participação e controle social¹¹¹. Mas esse é um tema para desenvolver em outra oportunidade. Apenas é de lembrar, com Jaspers e Rotstein, que a “alma humana sitiada” por um cerco contínuo em que a presença da ameaça é, ao mesmo tempo, conhecida e evasiva, pode e deve resistir à inevitabilidade do domínio técnico e da alienação, pois é o ser humano quem (ainda) é capaz de desligar não somente a máquina, mas o “processo”¹¹².

5 Considerações finais

A segurança é um conceito dinâmico e dependente do contexto e práticas sociais. Tradicionalmente, ela era compreendida como a proteção física do território e da população do Estado, em face da atuação de terceiros e, em sede internacional, contra os danos causados por meio da guerra. No primeiro caso, era um direito individual, relacionando-se à segurança pública. No segundo, um direito coletivo ou individual da expressão coletiva, garantido pela segurança ou defesa nacional. As duas noções sofreram acelerada ampliação com o fim da Guerra Fria. Passou-se a falar, por exemplo, em segurança econômica, segurança ambiental, segurança energética, alimentar, sanitária, cibernética e em biossegurança. A ampliação do conceito foi acompanhada por um tratamento jurídico-político diferenciado para as questões que passaram a compor os seus diversos sentidos.

Os estudos internacionalistas, especialmente da Escola de Copenhague, identificaram, nesse tratamento, um “processo de securitização” que se operava por meio da enunciação de atos ilocucionários de fala. Em geral, um líder político qualificava uma questão específica como uma ameaça existencial à sobrevivência coletiva, criando na sociedade o efeito de consentir com a adoção de medidas de emergência que, pelo menos, em parte, suspendiam ou contingenciavam alguns direitos fundamentais, como a liberdade e a intimidade. A força de persuasão social da ameaça importava, portanto, a retirada da questão e de seu tratamento da “política normal” ou “ordinária”. Várias críticas foram levantadas contra a definição e o próprio processo de securitização. As objeções levantadas à definição diziam respeito à natureza do ato de constituição securitária, à desconsideração do contexto em que ocorria e à relevância da audiência ou da sociedade no processo. Nem toda securitização ocorria por meio de um ato de fala. Imagens poderiam causar muito mais impacto no sentido de criar temor social, assim como a rotineirização burocrática de certas medidas também gerava a percepção de que eram necessárias à segurança. As emoções têm um papel importante para o convencimento e a percepção de (in)segurança. Embora algumas possam ser expressas, a maioria é extralinguística,

NI, Elahe H.; KILIAN, Eveline; MICHAELIS, Beatrice (ed.). *Queer futures: reconsidering ethics, activism, and the political*. Burlington: Routledge, 2016. p. 67-82.

¹¹⁰ NEOCLEOUS, Mark. *Critique of security*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008. p. 154.

¹¹¹ JONES, Richard W. *Security, strategy and critical theory*. Boulder: Lynne Rienner, 1999. p. 159; McDONALD, Matt. Securitization and the construction of security. *European Journal of International Relations*, v. 14, n. 4, p. 563–587, 2008. p. 575.

¹¹² JASPERS, Karl. *Man in the modern age*. New York: Doubleday Anchor Books, 1957. p. 16.

estruturada como traumas e lembranças. O ator da securitização é comumente identificado, apenas, à elite política, de acordo com a sua posição de poder institucional ou estatal, transportando para assuntos securitizados uma lógica militar mais apropriada à defesa nacional. A retirada do assunto do campo da política ordinária cria um ambiente de exceção constitucional com ampliação do controle social e político, que fragiliza o Estado de Direito, a democracia e os direitos fundamentais.

As escolas críticas, de maneira geral, propuseram alternativas para mitigar o elitismo e a lógica militar da securitização, enfatizando o deslocamento do foco do Estado para os indivíduos e promovendo um processo inclusivo e participativo na definição das prioridades políticas de segurança. A securitização, nesse sentido, seria emancipação.

A tecnosecuritização reflete o alargamento da definição de segurança ao campo tecnológico e seu impacto sobre os indivíduos e a sociedade. A cultura de segurança é instituída e operada pela integração de tecnologias que visa a tudo e a todos ver, tanto como meio de enfrentar as múltiplas ameaças existenciais da sociedade como para proteger-se a própria tecnologia e seus artefatos, dentro do que se passou a chamar de “cibersegurança”. A principal medida posta em efeito consiste na vigilância total, por meio de diversos instrumentos digitais, de comunicação, de coleta e tratamento de dados, de muitos dados, dos “big data”. A própria vigilância, um meio para um fim, é ela mesma securitizada, invadindo domínios protegidos pelos direitos fundamentais com a tolerância ou a apatia dos destinatários, mobilizados pelo uso público do medo e da ameaça. Com ela ocorre a progressiva interligação das doutrinas militares ou de segurança externas a estratégias integradas de segurança interna em seus múltiplos aspectos, submetendo-as todas à mesma ou similar lógica e tecnologia. A transferência de ideias militares de identificação, rastreamento, de alvejamento e controle de comportamentos consiste na realização de antigos ideais militares de “onisciência” e “racionalidade” no controle da sociedade civil, viabilizada pela tecnologia, originariamente, projetada para a atividade de segurança externa. Nesse modelo de securitização, se aprofundam os laços entre poder público e privado. Atualmente, com a colaboração ativa ou passiva dos próprios indivíduos que entregam seus dados às espias público-corporativas. O modelo adotado é aquele descrito pela Escola de Copenhague, elitista, autoritário, excludente e discriminatório.

Os algoritmos que coligem e tratam as informações são enviesados, por transportarem os preconceitos e os reflexos das assimetrias sociais. Em geral, ampliam-nos aos exponenciais do mundo digital sob o manto silencioso de uma matemática neutra, operada por máquinas. Os programas tendem a identificar perfis criminosos ou suspeitos em etnias, raças, religiões, gênero e, inclusive, em comportamentos que se distanciem do padrão que definiram como normal, de regra, do homem branco (ou euro-americano) heterossexual. A vigilância total para uma segurança plena tornou expresso o que aparecia apenas na crítica acadêmica e dos movimentos sociais aos processos de securitização.

Talvez a ampliação da ideia de segurança tenha alcançado um nível excessivo, incorporando elementos da lógica militar. Discursos alternativos, de democracia e direitos fazem muito mais sentido e podem gerar muito mais efetividade do que uma (in)segurança alimentada pela ampliação do conceito e pela quase inevitável companhia da lógica de securitização.

Referências

- ABRAHAMSEN, Rita. Blair's Africa: the politics of securitization and fear. *Alternatives*, v. 30, n. 1, p. 55–80, 2005.
- ADLER, Emanuel. *Communitarian international relations: the epistemic foundations of international relations*. London: Routledge, 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. *State of Exception*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

- ALBERT, Michael J. The dangers of decoupling: earth system crisis and the 'Fourth Industrial Revolution'. *Global Policy*, v. 11, n. 2, p. 245-254, 2020.
- AMIR, Merav; KOTEF, Hagar. In-secure identities: on the securitization of abnormality. *Environment and planning D: Society and space*, v. 36, n. 2, p. 236-254, 2018.
- ARADAU, Claudia. Security and the democratic scene: Desecuritization and emancipation. *Journal of International Relations and Development*, v. 7, n. 4, 2004.
- ARADAU, Claudia; LOBO-GUERRERO, Luis; MUNSTER, Rens van. Security, technologies of risk, and the political: guest editors' introduction. *Security Dialogue*, v. 39, n. 2-3, p. 147-154, 2008.
- ARADAU, Claudia; MUNSTER, Rens van. Governing terrorism through risk: taking precautions, (un) knowing the future. *European Journal of International Relations*, v. 13, n. 1, p. 89-115, 2007.
- AUSTIN, John L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BAKSH, Rawwida *et al.* (ed.). *Gender mainstreaming in conflict transformation: building sustainable peace*. London: Commonwealth Secretariat, 2002.
- BANKS, James. Radical criminology and the techno-security-capitalist complex. In: NOBLES, Matt R.; STEINMETZ, Kevin F. (ed.). *Technocrime and criminological theory*. London: Routledge, 2017. p. 102-115.
- BARNETT, Jon; O'BRIEN, Karen L.; MATTHEW, Richard A. Introduction. In: MATTHEW, Richard A. *et al.* (ed.). *Global environmental change and human security*. Cambridge: MIT Press, 2010. p. 3-32.
- BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1992.
- BENT, Jason R. Algorithmic affirmative action legal? *The Georgetown Law Journal*, v. 108, p. 803-853, 2020.
- BIGO, Didier. Security and immigration: toward a critique of the governmentality of unease. *Alternatives*, v. 27, n. 1, p. 63-92, 2002.
- BLEIKER, Roland; HUTCHISON, Emma. Fear no more: emotions and world politics. *Review of International Studies*, v. 34, n. 1, p. 115-135, 2008.
- BOOTH, Ken. Beyond critical security studies. In: BOOTH, Ken (ed.). *Critical security studies and world politics*. London: Lynne Rienner, 2005. p. 259-278.
- BOOTH, Ken. Security and emancipation. *Review of International Studies*, v. 17, n. 4, p. 313-326, 1991.
- BOOTH, Ken. *Theory of world security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BROWNING, Christopher S.; MCDONALD, Matt. The future of critical security studies: ethics and the politics of security. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 2, p. 235-255, 2013.
- BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. London: Routledge, 1997.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998.
- CALLAHAN, William A. National insecurities: humiliation, salvation, and chinese nationalism. *Alternatives*, v. 29, n. 2, p. 199-218, 2004.
- CASE COLLECTIVE. Critical approaches to security in Europe: a networked manifesto. *Security Dialogue*, v. 37, n. 4, p. 443-487, 2006.
- CHRISTIE, Ryerson. Critical voices and human security: to endure, to engage or to critique? *Security Dialogue*, v. 41, n. 2, p. 169-190, 2010.
- CLARK, Ian. The digital divide in the post-Snowden Era. *Journal of Radical Librarianship*, v. 2, p. 1-32, 2016.

- CONTEH-MORGAN, Earl. Peacebuilding and: a constructivist perspective. *International Journal of Peace Studies*, v. 10, n. 1, p. 69–86, 2005.
- DELEUZE, Gilles. *Logic of sense*. New York: Columbia University Press, 1990.
- DENCIK, Lina; CABLE, Jonathan. The advent of surveillance realism: public opinion and activist responses to the Snowden leaks. *International Journal of Communication*, v. 11, p. 276–781, 2017.
- DILLON, Michael; LOVO-GUERRERO, Luis. Biopolitics of security in the 21st century: an introduction. *Review of International Studies*, v. 34, n. 2, p. 265–292, 2008.
- DILLON, Michael; REID, Julian. Global governance, liberal peace and complex emergency. *Alternatives*, v. 25, n. 1, p. 117–143, 2000.
- DOTY, Roxanne L. Immigration and the politics of security. *Security Studies*, v. 8, n. 2–3, p. 71–93, 1998.
- DRÈZE, Jean; SEN, Amartya. Public action for social security: foundations and strategy. In: AHMAD, Ehtisham *et al.* Security in developing countries. New York: Oxford University Press, 1991. p. 04-40.
- DUFFIELD, Mark. Getting savages to fight barbarians: development, security and the colonial present. *Conflict, Security & Development*, v. 5, n. 2, p. 141–159, 2005.
- ELBE, Stefan. Should HIV/AIDS be securitized?: the ethical dilemmas of linking HIV/AIDS and security. *International Studies Quarterly*, v. 50, n. 1, p. 119–144, 2006.
- ELLIS, Darren. Techno-securitisation of everyday life and cultures of surveillance-apatheia. *Science as Culture*, v. 29, n. 1, p. 11-29, 2020.
- ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2000.
- ERICSON, Kevin D.; HAGGERTY, Richard V. (ed). *The new politics of surveillance and visibility: green college thematic lecture series*. Toronto: University of Toronto Press, 2006.
- FOUCAULT, Michel. The subject and power. *Critical Inquiry*, v. 8, n. 4, p. 777–795, 1982.
- GOEDE, Marieke de. Financial security. *Finance and Society*, v. 3, n. 2, p. 159-72, 2017.
- GOFFEY, Andrew. Algorithm. In: FULLER, Matthew (ed.). *Software studies: a lexicon*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p. 15-20.
- GRAHAM, Stephen. *City under Siege: the surveillance-industrial complex*. London: Verso, 2011.
- GRUSIN, Richard. *Premediation: affect and mediality after 9/11*. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- HAMBER, Brandon *et al.* Discourses in transition: re-imagining women's security. *International Relations*, v. 20, n. 4, p. 487–502, 2006.
- HÄNNINEN, Sakari. The ghost of politics in the soft machine. In: HÄNNINEN, Sakari; VÄHÄMÄKI, Jussi. (ed.). *Displacement of politics*. Sophie: University of Jyväskylä, 2000. p. 27-45.
- HANSEN, Lene. The little mermaid's silent security dilemma and the absence of gender in the Copenhagen School. *Millennium*, v. 29, n. 2, 2000.
- HERZ, John H. Idealist internationalism and the security dilemma. *World Politics*, v. 2, n. 2, p. 157-180, 1950.
- HINTZ, Arne; DENCIK, Lina; WAHL-JORGENSEN, Karin. Digital citizenship and surveillance society: introduction. *International Journal of Communication*, v. 11, p. 731-739, 2017.
- HUTTA, Jan S. Beyond the politics of inclusion: securitization and agential formations in Brazilian LGBT parades. In: YEKANI, Elah H.; KILIAN, Eveline; MICHAELIS, Beatrice (ed.). *Queer futures: reconsidering ethics, activism, and the political*. Burlington: Routledge, 2016. p. 67-82.

- HUYSMANS, Jef. Revisiting Copenhagen. *European Journal of International Relations*, v. 4, n. 4, p. 479–504, 1998.
- INTRONA, Lucas; WOOD, David. Picturing algorithmic surveillance: the politics of facial recognition systems. *Surveillance & Society*, v. 2, n. 2/3, p. 177–198, 2004.
- JASPERS, Karl. *Man in the modern age*. New York: Doubleday Anchor Books, 1957.
- JONES, Richard W. *Security, strategy and critical theory*. Boulder: Lynne Rienner, 1999.
- KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. From strategy to security: foundations of critical security studies. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. (ed.). *Critical security studies: concepts and cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 33–60.
- KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. Preface: toward critical security studies. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. (ed.). *Critical security studies: concepts and cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- LINKLATER, Andrew. Political community and human security. In: BOOTH, Ken (ed.). *Critical security studies and world politics*. London: Lynne Rienner, 2005. p. 113–131.
- LINT, Willem de; VIRTÁ, Sirpa. Security in ambiguity: towards a radical security politics. *Theoretical Criminology*, v. 8, n. 4, p. 465–489, 2004.
- LIPARTITO, Kenneth. *The narrative and the algorithm: genres of credit reporting from the nineteenth century to today*. 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1736283. Acesso em: 20 set. 2021.
- LIPSCHUTZ, Ronnie D. On security. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). *On security*. New York: Columbia University Press, 1995. p. 1–23.
- LUM, Kristian; ISAAC, William. To predict and serve? *Significance*, v. 13, p. 14–19, 2016. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1740-9713.2016.00960.x/epdf>. Acesso em: 28 set. 2021.
- MACKENZIE, Megan. Securitization and desecuritization: female soldiers and the reconstruction of women in post-conflict Sierra Leone. *Security Studies*, v. 18, n. 2, p. 241–261, 2009.
- MÄLKSOO, Maria. The memory politics of becoming European: the East European subalterns and the collective memory of Europe. *European Journal of International Relations*, v. 15, n. 4, p. 653–680, 2009.
- MARX, Karl. *Capital*. London: Penguin, 1867. v. 1.
- MATTELART, Armand; GRUENHECK, Susan; COHEN, James. *The globalization of surveillance: the origin of the securitarian order*. Cambridge: Polity, 2010.
- MCDONALD, Matt. Securitization and the construction of security. *European Journal of International Relations*, v. 14, n. 4, p. 563–587, 2008.
- MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. New York: W. W. Norton, 2001.
- MERCER, Jonathan. Emotional beliefs. *International Organization*, v. 64, n. 1, p. 1–31, 2010.
- MESJASZ, Czeslaw. Economic security. In: BRAUCH, Hans G. et al. (ed.). *Globalization and environmental challenges: globalization and environmental challenges*. Berlin; Heidelberg: Springer, 2008. p. 569–580.
- MÖLLER, Frank. Photographic interventions in post-9/11 security policy. *Security Dialogue*, v. 38, n. 2, p. 179–196, 2007.
- MORGENTHAU, Hans J. Diplomacy. *Yale Law Journal*, v. 55, n. 5, p. 1067–1080, 1946.
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics among nations: the struggle for war and peace*. New York: Knopf, 1948.

- MORGENTHAU, Hans J. *Scientific man versus power politics*. London: Latimer House, 1947.
- MORGENTHAU, Hans J. *Vietnam and the United States*. Washington, D.C.: Public Affairs, 1965.
- MULLIGAN, Deirdre K.; SCHNEIDER, Fred B. Doctrine for cybersecurity. *Daedalus*, v. 140, n. 4, p. 70-92, 2011.
- MUNSTER, Rens van. Security on a shoestring: a hitchhiker's guide to critical schools of security in Europe. *Security Dialogue*, v. 42, n. 2, p. 235-243, 2007.
- NEOCLEOUS, Mark. *Critique of security*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.
- NIEBUHR, Reinhold. *Moral man and immoral society: a study in ethics and politics*. New York: Charles Scribner's Sons, 1932.
- NYGREN, Katarina G.; GIDLUND, Katarina L. The pastoral power of technology. Rethinking alienation in digital culture. In: FUCHS, Christian; MOSCO, Vincent (ed.). *Marx in the age of digital capitalism*. London: Brill, 2016. p. 396-412.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Human Development Report*. New York: Oxford University Press, 1995. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/256/hdr_1995_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.
- PEOPLES, Columba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. *Critical security studies: an introduction*. 3. ed. New York: Routledge, 2021.
- PETIT, Patrick. 'Everywhere surveillance': global surveillance regimes as techno-securitization. *Science as Culture*, v. 29, n. 1, p. 30-56, 2020.
- RICHMOND, Oliver P. Emancipatory forms of human security and liberal peacebuilding. *International Journal*, v. 62, n. 3, p. 459-478, 2007.
- RICHTER-MONTPETIT, Melanie; HOWELL, Alison. Is securitization theory racist? civilizationism, methodological whiteness and antiblack thought in the Copenhagen School. *Security Dialogue*, v. 51, p. 1-20, 2019.
- ROBERTS, David. The intellectual perils of broad human security: deepening the critique of international relations. *Politics*, v. 28, n. 2, p. 124-127, 2008.
- ROSS, Andrew A. G. Coming in from the cold: constructivism and emotions. *European Journal of International Relations*, v. 12, n. 2, p. 197-222, 2006.
- ROTSTEIN, Abraham. Technology and alienation. *Ultimate Reality and Meaning*, v. 9, n. 1, p. 4-16, 1986.
- SCHMITT, Carl. *Political theology: four chapters on the concept of sovereignty: studies in contemporary German social thought*. London: The MIT Press, 1985.
- SCHMITT, Carl. *Dictatorship: from the origin of the modern concept of sovereignty to proletarian class struggle*. London: Polity, 2014.
- SELBST, Andrew D. Disparate impact in big data policing. *Georgia Law Review*, v. 52, p. 109-195, 2017.
- SELOD, Saher. *Forever suspect: racialized surveillance of muslim americans in the war on terror*. London: Rutgers University Press, 2018.
- SHEPHERD, Laura J. Introduction. In: SHEPHERD, Laura J. (ed.). *Critical approaches to security: an introduction to theories and methods*. New York: Routledge, 2013. p. 1-8.
- SKINNER, David. Race, racism and identification in the era of technosecurity. *Science as Culture*, v. 29, n. 1, p. 77-99, 2020.

- STRITZEL, Holger. Towards a theory of securitization: Copenhagen and Beyond. *European Journal of International Relations*, v. 13, n. 3, p. 357–383, 2007.
- SUCHAROV, Mira M. Imagining ourselves then and now: nostalgia and Canadian multiculturalism. *Journal of International Relations and Development*, v. 16, n. 4, p. 539–565, 2013.
- TICKNER, Arlene B. Securitization and the limits of democratic security. In: MARES, David R.; KACOWICZ, Arie M. (ed.). *Routledge handbook of Latin American security*. London: Routledge, 2015. p. 89–99.
- TROMBETTA, Maria J. Rethinking the securitization of the environment. In: BALZACQ, Thierry (ed.). *Securitization theory*. Abingdon: Routledge, 2010. p. 135–149.
- VÄYRYNEN, Tarja. Gender and UN Peace Operations: the confines of modernity. *International Peacekeeping*, v. 11, n. 1, p. 125–142, 2004.
- WAEVER, Ole. *Aberystwyth, Paris, Copenhagen*: new schools in security theory and their origins between core and periphery. 2004. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/ole-waever-aberystwyth-paris-en-new-schools-in-security-theory-and-their-origins-between-core-and-periphery-pdf-free.html>. Acesso em: 25 set. 2021.
- WAEVER, Ole. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). *On security*. New York: Columbia University Press, 1995. p. 46–86. Disponível em: <https://www.libraryofsocialscience.com/assets/pdf/Waever-Securitization.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.
- WAEVER, Ole. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysi (ed.). *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 149–185.
- WAEVER, Ole. What is security?: the securityness of security. In: HANSEN, Birthe (ed.). *European Security 2000*. Copenhagen: Copenhagen Political Studies Press, 2000. p. 222–254.
- WALDRON, Jeremy. Security and liberty: the image of balance. *Journal of Political Philosophy*, v. 11, p. 191–210, 2003.
- WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.
- WEBER, Jutta. Techno-security, risk and the militarization of every day life. In: THE COMPUTATIONAL turn: past, presents, futures?: proceeding of the first international conference of IACAP. Münster: Verlagshaus Monsenstein und Vannerdat OH, 2011. p. 168–175. Disponível em: <https://coeckelbergh.files.wordpress.com/2015/03/55.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.
- WEBER, Jutta; KÄMPF, Katrin M. Technosecurity cultures: introduction. *Science as Culture*, v. 29, n. 1, p. 1–10, 2020.
- WELDES, Jutta. Constructing national interests. *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 3, p. 275–318, 1996.
- WIBBEN, Annick. Human security: toward an opening. *Security Dialogue*, v. 39, n. 4, p. 455–462, 2008.
- WILLIAMS, Michael C. *Culture and security*: symbolic power and the international politics of security. New York: Routledge, 2007.
- WILLIAMS, Michael C. Words, images, enemies: securitization and international politics. *International Studies Quarterly*, v. 47, n. 4, p. 511–532, 2003.
- WILLIAMS, Paul. Critical Security studies. In: BELLAMY, Alex J. (ed.). *International society and its critics*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 135–150.

Para publicar na Revista de Direito Internacional, acesse o endereço eletrônico
www.rdi.uniceub.br ou www.brazilianjournal.org.
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.